

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 31 de maio de 2024 às 10h50 na Academia Pernambucana de Letras, situada na Av. Rui Barbosa, 1596 – Graças, Recife-PE, CEP, 52050 – 000, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 501^a. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Ana Paula Nebl Jardim; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão e Roberto José Marques Pereira. Conselheiros (as) Suplentes: Antíogenes Viana de Sena Júnior; Célia Maria Medicis Maranhão de Queiroz Campos; Claudia Pereira Pinto e Maurício Barreto Pedrosa Filho.

Pauta 1. Apresentação da minuta do edital Funcultura Patrimônio Cultural - Conselheiro Diomedes Oliveira; **Pauta 2.** Escuta ao plenário, solicitada pela superintendente do Funcultura, sobre sugestões para alteração do edital Geral 2024/2025 - Clarice Andrade. A presidente **Claudia Rodrigues** iniciou a reunião agradecendo à Casa dos Conselhos e a toda a equipe que ajudou a realizar a reunião. Informou que a pauta do dia incluía o edital do Funcultura, enfatizando que, desde o início de sua gestão, o objetivo era ter um edital específico para o patrimônio cultural. Nesse caminho, já haviam realizado algumas reuniões e criado uma comissão específica para esse trabalho, conduzida pelo Conselheiro Diomedes Oliveira, que naquele dia apresentaria mais um passo na tentativa de entregar à Fundarpe um trabalho mais completo, visando a possibilidade de realizar o sonho no próximo edital, se o tempo permitisse. Antes disso, pediu licença aos conselheiros para tratar da pauta número 2 inicialmente, pois, coincidentemente, Joana, superintendente do Funcultura, solicitou uma pauta e encaminhou a Clarice Andrade, e sua equipe, para realizar uma escuta no plenário sobre sugestões para a alteração do edital geral. Explicou que, como o patrimônio não estava vinculado ao edital geral, Clarice detalharia melhor, mas entenderam que, na expectativa de que o edital específico não fosse publicado no próximo ano, eles queriam assimilar algumas melhorias no edital comum do Funcultura. A ideia de Joana e Clarice era que, mesmo não tendo um edital específico, algumas mudanças positivas fossem incorporadas ao edital geral, para que não ficassem sem avanços. Claudia então chamou Clarice para fazer sua fala e aproveitar a pauta com Diomedes, colhendo as sugestões do conselho. Claudia também quis registrar que havia feito uma consulta à PGE. Lembrou que, em uma das reuniões, o conselheiro Marcelo Casseb afirmara que não seria necessária uma lei para criar o Edital de Patrimônio Cultural, embora recomendasse, pois fortaleceria a iniciativa. Apesar de não achar necessário, ele sugeriu uma consulta oficial à PGE para analisar a legislação vigente de forma mais detalhada. Claudia explicou que fez a consulta através da Secult, que devolveu para a Fundarpe, mas, na verdade, deveria ter ido para a PGE. Portanto, ela fez a consulta diretamente à PGE, na qualidade de vice-presidente e presidente em exercício da Fundarpe, pois Renata estava de férias. A consulta à PGE envolvia dois pontos: o primeiro, se era necessária uma legislação específica ou um instrumento semelhante, como uma portaria ou decreto. O segundo, caso a Fundarpe decidisse aumentar o valor

M.P.P.

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

destinado ao patrimônio, se isso poderia ser definido na própria legislação ou se outro instrumento deveria oficializar o aumento, considerando a repercussão no percentual definido atualmente. Claudia enfatizou que, se o segundo ponto fosse mais complexo, poderiam criar o edital separado com o mesmo valor atual, embora a intenção fosse aumentar o valor, mas havia dúvidas sobre as repercussões legais. Isso era importante para facilitar a proposição deles. **Clarice Andrade** começou sua fala mencionando que Claudia já havia explicado bem a situação. Ela destacou que estavam seguindo duas frentes: o ideal seria ter um edital específico para o patrimônio, com um valor maior, e que isso estava sendo trabalhado junto ao conselho, à Fundarpe e à Secult. No entanto, como o tempo às vezes não espera, o Funcultura já começava a se preparar para lançar os editais do próximo ano. Assim, iniciaram uma ronda pelos conselhos, incluindo o Conselho de Políticas Culturais, o Conselho Consultivo do Audiovisual, e também iniciariam uma conversa com o Conselho da Juventude, devido ao Edital de Microprojetos voltado para jovens. Ela pediu ao Conselho que acolhesse pedidos de alteração e melhoria no edital geral, dizendo que ficariam muito felizes em receber sugestões até o final de junho. Clarice ressaltou que essas mudanças não inviabilizariam o outro edital específico, mas, caso a criação do novo edital demorasse mais do que o esperado, seria importante reformular o edital atual para melhorá-lo até dezembro. A ideia era implementar melhorias, mesmo sem conseguir realizar o ideal. Clarice comentou que as sugestões poderiam ser debatidas pelo Conselho e que, embora as mudanças pudessem envolver menos recursos, ainda assim poderiam ser incorporadas no edital geral. Ela afirmou entender que a criação de uma lei específica daria mais segurança ao conselho, mas destacou que ambos os casos funcionavam bem dentro do Funcultura. Por exemplo, o setor do audiovisual tinha lei, conselho e edital específicos, enquanto a música não tinha conselho específico nem lei, mas o edital funcionava e nunca retrocedeu, graças à movimentação da sociedade civil. Ela também mencionou que, uma vez que o edital estivesse em prática, seria difícil para a Secult ou a Fundarpe mudá-lo. Quanto ao percentual do patrimônio, que estava dentro do percentual do edital geral, alterar esse valor não seria necessariamente um problema. Clarice explicou que essa era uma questão a ser discutida mais com a presidência e a governadora e, pelo entendimento das conversas internas, isso não representaria um problema, apesar da vinculação atual. Ela ponderou se, por esse motivo, seria necessário mudar a lei. **Ana Barbosa** perguntou se existia algum mecanismo funcionando para o Funcultura na versão atual. Ela mencionou que eles estavam vislumbrando a possibilidade de criar um mecanismo Funcultura na versão patrimônio, lembrando do edital atual. Questionou se atualmente existia apenas um edital para tudo. A pergunta que ela fez foi a seguinte: se pudessem ter um edital de patrimônio, qual seria o mecanismo necessário para terem autonomia, enquanto resolução do Conselho, ou algum outro instrumento, para criar um edital independente? Não necessariamente agora, mas, se tivessem esse trâmite, até que prazo conseguiram implementá-lo para ter um mecanismo independente e desvinculado do Funcultura? **Clarice Andrade** respondeu que Claudia havia perguntado à PGE se poderia ser por meio de um decreto. Caso fosse possível, precisariam saber o prazo necessário para finalizar. Ela mencionou que, se contassem com o prazo final de

D.P.P.

2

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

dezembro, seria complicado, sugerindo o final de novembro como limite. No ano anterior, a data limite foi difícil de cumprir. Ela sugeriu que outubro seria um bom prazo, mas, se fosse necessário que o instrumento fosse uma lei, isso complicaria o processo, pois o controle passaria para a ALEPE. Clarice mencionou que outro exemplo funcionava sem a necessidade de lei, e que poderiam seguir o mesmo caminho, transformando posteriormente em lei para ambos os casos. Isso não impediria o andamento e poderia ser uma estratégia para não ficarem sem horizonte e evitando confusão. Destacou que um edital específico para o patrimônio seria uma melhoria, pois as regras para o patrimônio são diferentes, e o acompanhamento dos projetos, feito pela diretoria do patrimônio, tem um fluxo de trabalho distinto dos outros setores. Ela ressaltou a importância do acompanhamento da execução dos projetos pelo Funcultura, que não se limita ao aporte de recursos. Mesmo que houvesse atos específicos, o tempo para implementação poderia ser diferente. Clarice solicitou contribuições até o fim de junho, enfatizando que essas contribuições seriam valiosas para um edital específico, sem que nada se perdesse. Além disso, ela pediu que o Conselho ouvisse os segmentos, para que as alterações e mudanças propostas tivessem aderência, evitando problemas como baixa inscrição ou dificuldades na execução dos projetos. Salientou a importância de ouvir os conselhos, pois eles têm acesso aos segmentos, ao contrário dos técnicos, que seriam mais limitados nesse aspecto. **Claudia Rodrigues** explicou que, enquanto Conselho, estavam consultando os segmentos para que se sentissem ouvidos e para que conseguissem criar um instrumento mais eficaz. Ela mencionou que os segmentos reclamavam de não terem sido consultados antes, por isso a ideia de ouvir os conselhos. Dessa forma, os representantes dos segmentos poderiam trazer opiniões mais aprofundadas para as discussões, mesmo que o tempo disponível fosse limitado. Claudia destacou que era importante que essas opiniões já estivessem mais amadurecidas. Ela agradeceu a Clarice pela lembrança desse ponto importante. **Claudia Pinto** disse que essa discussão parecia estar em andamento no Conselho desde 2018. O Conselho Estadual já havia levantado essa questão anteriormente, e ela parecia estar sendo acompanhada desde então. Ela mencionou que, desde o ano de 2022, durante a Semana do Patrimônio, houve uma explanação muito bem feita no Cais do Sertão sobre o fortalecimento da ideia de separar um edital específico para o patrimônio devido aos valores e outras considerações. Especialistas presentes no debate destacaram que a falta de um edital específico desestimulava outros participantes, e várias melhorias foram apresentadas para beneficiar inscritos do interior e mulheres, além de sugestões para usar outro banco, o que ela considerou muito positivo. Claudia afirmou que, para o Conselho, essa não era uma novidade. Apesar de não ter participado das discussões iniciais, sabia que o pessoal já lutava por isso há muito tempo. Ela enfatizou que conseguir um edital específico para o patrimônio seria uma grande vitória. Mencionou que, enquanto o segmento de música era um dos mais engajados, com grande participação em eventos de política cultural em Caruaru, o patrimônio precisava de uma atenção similar. Ela destacou a importância de valorizar o patrimônio, ressaltando que, enquanto os artistas de circo, música e audiovisual tinham mais visibilidade, os defensores do patrimônio material precisavam se unir e lutar por sua importância.

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Lembrou que, quando um prédio estava caindo e ninguém podia falar por ele, eram eles que davam voz ao patrimônio. Concluiu dizendo que a proposta da equipe era muito boa e que, mesmo que não fosse possível implementá-la imediatamente, esperava que, no máximo até o próximo ano, conseguissem essa visão de um edital específico para o patrimônio. **Claudia Rodrigues** explicou que, quando a mesa diretora iniciou seu trabalho, não inventaram nada novo, mas revisaram assuntos que já eram consenso entre antigos conselheiros. Em cada comissão, decidiram ser mais proativos, apresentando propostas mais práticas à Fundarpe. A ideia de ter um edital específico para o patrimônio cultural, que abrangia tanto o patrimônio material quanto o imaterial, já era uma ideia antiga, assim como várias outras mudanças necessárias na lei e no regimento. Claudia destacou que o objetivo era ser mais efetivo e proativo, criando comissões para apresentar propostas consistentes. A comissão liderada por Diomedes Oliveira tinha o objetivo de criar e apresentar o edital. Ela mencionou que, desde o ano passado, estavam tentando apresentar um projeto completo, mas ainda não haviam conseguido. No entanto, estavam empenhados em entregar um trabalho concreto à Fundarpe até junho de 2024. Ela passou a palavra para Diomedes Oliveira, agradecendo antecipadamente pelo esforço que ele vinha dedicando ao edital. Claudia reconheceu o trabalho de Diomedes, destacando que ele estava sempre à frente, junto com Augusto Ferrer, Joana D'Arc, Cecília Canuto, Harlan Gadêlha e Claudia Pinto. A comissão específica tinha o objetivo de criar e apresentar o edital. Ela concluiu dizendo que, após as conversas recentes, esperavam dar mais um passo importante na decisão do plenário, com Diomedes apresentando algo concreto. **Diomedes Oliveira** agradeceu a presença da Fundarpe em nome de Flávio, com quem tinham conversado bastante sobre o Funcultura. Tinham tido uma reunião no início daquele semestre para ouvir também da Fundarpe e da gerência quais eram as demandas e necessidades do Funcultura, já que a gerência lidava diretamente com isso. Foi muito interessante e importante ter tido essa conversa com a gerência e com Flávio. Também agradeceu a presença de Clarice, destacando que era importante tê-los ali para avançar com a discussão, inclusive com a votação de duas questões para levar adiante. Com relação à proposta de minuta de edital, desde o ano passado já tinha feito um documento com base no próprio edital da sua cultura geral, e sugeriu que dessem uma pesquisada no edital do audiovisual, já que existia um edital específico para isso. Então, ele fez um documento reunindo um pouco desses editais. Acreditava que muita coisa não mudaria, pois estavam bem consolidados nas normas do Funcultura. No entanto, optou por não modificar alguns pontos, pois considerava ideal trazê-los para o Colegiado, para que pudessem ser discutidos e decididos. Isso incluía as categorias do edital, suas definições e exigências. Notou que muitas melhorias foram implementadas pela Fundarpe de um ano para o outro. Durante uma reunião com Flávio em fevereiro, discutiram as mudanças realizadas, incluindo alterações nas categorias e valores, de acordo com as recomendações da Fundarpe. Ele afirmou plenamente concordar com as sugestões da Fundarpe. Considerava importante continuar recolhendo essas propostas e possivelmente agregar outras, visto que no conselho representavam diversos segmentos, inclusive produtores culturais que estavam na linha de frente e conheciam as necessidades. Embora não fosse um produtor cultural,

501ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

ele destacou a importância de colegas que entendiam bem o Funcultura e suas demandas, citando a conselheira Joana, que havia levantado dificuldades em reuniões anteriores. Reforçou o pedido aos colegas para que trouxessem suas recomendações até o final de junho, facilitando a coleta dessas sugestões e sua inclusão em um documento a ser submetido ao Colegiado e, posteriormente, à Superintendência para consideração de mudanças. Além disso, apresentou uma breve justificativa sobre a importância de ter um edital específico, destacando sua unanimidade entre os membros do Conselho (**anexo**). Diomedes propôs na reunião a possibilidade de o Conselho de Preservação enviar o projeto de minuta para aprovação na ALEPE. Ele considerava que seria viável fazer esse encaminhamento para conquistar, por meio de lei, o desmembramento e a criação de um edital específico. **Claudia Rodrigues**, enquanto presidente do Conselho, encaminhou através da Secult para PGE e depois voltou para Fundarpe, enviando diretamente como presidente para PGE, a consulta sobre a criação e o valor. Ela considerava que poderia somar e avaliar isso para fazer a minuta. Parecia que o que ele fazia era exatamente a pergunta 2 do Ofício, que consistia em desmembrar o percentual, não criando um edital específico. Ela achava que poderia acontecer essa ideia de desmembrar o percentual, e a pergunta feita à PGE era se seria necessário um instrumento legal para isso. Era uma pergunta a mais do que a que eles fizeram inicialmente, se era necessário um instrumento legal. Ela achava que a PGE poderia orientá-los, e perguntou se Flávio ou Célia já tinham feito alguma consulta quando criaram essa proposta, ou se houve uma análise do próprio setor da procuradoria da Fundarpe recomendando isso. **Flávio Barbosa** apenas complementou uma informação, mencionando que na reunião em que participaram, Marcelo Renan também estava presente e foi ele quem trabalhou justamente nessa proposição. Ele não conseguia afirmar com precisão se essa questão já havia sido abordada, então decidiu perguntar a Marcelo Renan. **Claudia Rodrigues** sugeriu que, como não havia representantes da PGE naquele momento, ela não teria a informação precisa para fornecer a Diomedes. No entanto, ela propôs fazer uma consulta e, se necessário, redigir um ofício referindo-se à pergunta anterior e enviando a minuta para que eles pudessem esclarecer na próxima reunião toda a questão. Isso foi solicitado por Marcelo Casseb, que expressou sua opinião de que não seria necessário uma lei, sugerindo que poderia ser resolvido com uma portaria ou decreto. Embora ele tenha feito essa recomendação, ele sugeriu que fosse realizada uma consulta oficial para que ele pudesse analisar mais detalhadamente e fornecer uma resposta por escrito na próxima reunião. Claudia ponderou sobre a possibilidade de encaminhar diretamente para a ALEPE a proposta do Conselho. Ela expressou incerteza sobre o assunto, destacando que, quando lutaram para que a governadora enviasse o projeto de lei do patrimônio vivo, ninguém considerou essa opção. Ela ressaltou que não tinha certeza se o Conselho tinha autonomia para fazer esse encaminhamento, pois não estava familiarizada com a legislação sobre iniciativas da ALEPE. Claudia expressou que não se sentia segura para afirmar, mas indicou que acredita que o Conselho não teria essa capacidade de enviar diretamente para a ALEPE. **Mônica Siqueira** relatou que, conforme acompanhou, a minuta de projeto de lei foi encaminhada para o procurador que estava presente, o qual

501ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

representava a procuradoria. Ele organizava o processo, e posteriormente, era enviado para que o executivo tomasse providências. Ela enfatizou que nunca foi enviado diretamente, indicando que era necessário que fosse um projeto de lei do executivo. **Diomedes Oliveira** sugeriu que, como encaminhamento para aquele ponto e para seguir adiante, eles aguardassem a resposta da PGE. Ele propôs que discutissem o conteúdo em detalhes, pois dependendo do instrumento, poderiam ajustar a formatação sem problemas. Diomedes mencionou outro ponto que havia destacado, sugerido também pela gerência, que o Conselho tivesse um assento na comissão deliberativa do Funcultura. Ele observou que essa comissão é responsável pela aprovação de alterações propostas nas resoluções dos editais, e o Conselho Estadual de Política Cultural já possui um assento. Diomedes sugeriu que buscassem resolver essa questão para que o Conselho de preservação também tivesse representação na comissão deliberativa do Funcultura e questionou como poderiam encaminhar isso. **Clarice Andrade** explicou que a indicação para a Comissão Deliberativa era feita pelos conselheiros, mas não era composta por Conselheiros. Ou seja, quem era indicado para a comissão não podia ser conselheiro, pois essas pessoas não podiam ter projetos. A comissão deliberativa fazia todo o acompanhamento de todos os projetos do Funcultura, homologava resultados, dava atestado de execução. Clarice acreditava que a comissão não aprovava prestação de contas físico-financeiras, mas quando dava o atestado de execução, testava que o projeto havia sido concluído e aprovava mudanças de rubrica. Portanto, a pessoa que estava dentro da comissão não podia estar envolvida em nenhum projeto, eticamente. Clarice expressou sua opinião de que o motivo pelo qual o Conselho indicava, mas não era composto por conselheiros, era para resolver essa questão. O conselheiro titular e o suplente podiam concorrer, e a seleção era feita pelo Conselho. Essas pessoas integravam, mas não podiam propor. **Joana D'Arc** observou que o edital pertencia à Fundarpe e não ao Conselho. Se o Conselho tivesse elaborado o edital, ninguém do Conselho poderia participar. **Clarice Andrade** lembrou que houve uma discussão no ano passado no Conselho Consultivo do Audiovisual sobre a participação dos conselheiros na elaboração de novos editais. Alguns conselheiros queriam essa participação, mas havia preocupações com a equidade no processo de concorrência. Decidiu-se, então, que os conselheiros não poderiam participar para garantir igualdade de condições a todos os concorrentes. Isso não significava falta de democratização, mas sim o cuidado em garantir uma competição justa. Atualmente, o Conselho está aguardando a publicação dos novos representantes do Conselho de Políticas Culturais. Sobre a inclusão do Conselho de Preservação, Clarice não estava certa, mas sugeriu que o Conselho poderia provocar a Funcultura, solicitando informações e estudando possíveis formas de inclusão, considerando a necessidade de garantir a paridade e a equidade, algo que exigiria uma análise mais aprofundada do decreto que regulamenta o processo. **Joana D'Arc** considerou crucial que houvesse um assento para o patrimônio na comissão, pois muitas vezes o Conselho de Políticas Culturais parecia entender que cultura era um assunto exclusivo deles. Ela notava que, por vezes, suas contribuições não eram devidamente consideradas, como se o Conselho não estivesse conectado com o que acontecia internamente. Portanto, representar o patrimônio era essencial para

501ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

garantir uma voz ativa e uma representação adequada. **Clarice Andrade** ponderou sobre a organização da eleição, considerando que essa questão competia ao Conselho. Ela preferiu não se envolver muito nesse tema, pois não era da alçada do Funcultura. Acreditava que quanto menos interferência houvesse nesse processo, melhor. No entanto, reconheceu a necessidade de estudar o impacto da eleição na comissão, especialmente no que diz respeito à garantia da paridade nos setores representados. Embora não visse dificuldades conceituais, destacou que era importante analisar como a inclusão do Conselho de Preservação afetaria a dinâmica da comissão. Ela também mencionou que o Funcultura não estava desconsiderando o patrimônio, pois havia análises nesse sentido, inclusive com a participação de Flávio na comissão. **Diomedes Oliveira** explicou que como forma de encaminhamento, ele quis abordar a questão tanto do projeto de lei quanto da recomendação levantada durante a reunião com Marcelo Renan e Flávio sobre a possibilidade de um assento do conselho. Sugeriu deixar isso como pauta para uma próxima reunião, a fim de discutir entre os membros e, posteriormente, ouvir uma resposta de Clarice sobre a viabilidade e os procedimentos necessários. Propôs encaminhar essa questão como uma pauta para conseguir um assento do Conselho de Preservação na comissão deliberativa. **Claudia Rodrigues** explicou que, conforme entendido de Augusto, a dinâmica é clara para quem se coloca como candidato. As pessoas não são escolhidas aleatoriamente; elas se candidatam, os nomes são trazidos pelos conselheiros e, então, é feita uma votação entre aqueles que se colocaram à disposição. Dessa forma, os candidatos são claramente informados sobre o trabalho e não podem alegar desconhecimento depois. Os detalhes são iguais para todos e não mudam em função do Conselho. Cláudia afirmou que, como presidente do Conselho, precisava saber se vale a pena movimentar essa energia e se há interesse real nesse assunto, considerando as muitas outras questões que também demandam atenção. Ela sugeriu que, durante a reunião do plenário, a questão de interesse do Conselho em ter um assento na comissão deliberativa do Funcultura fosse decidida. Caso a maioria se mostrasse interessada, ela se comprometeria a tomar as medidas necessárias para obter um retorno sobre o assunto. **Claudia Pinto** destacou que sempre se discutia a possibilidade de incluir o Funcultura para tentar levar esses projetos adiante. Cláudia afirmou que, mesmo não sabendo quem participaria, considerava fundamental a participação do Conselho. Na sua opinião, se é uma questão de Patrimônio, a lógica indicava que era essencial ter essa participação. Ela concluiu dizendo que agora seria o momento de votar. **Augusto Ferrer** destacou a essencialidade de haver esse diálogo entre os indicados pelo Conselho e os outros representantes. Ele observou a composição do regimento da comissão deliberativa, indicando que a comissão deliberativa do Funcultura era composta por um presidente e 15 membros efetivos, sendo cinco indicados pelas instituições culturais, cinco pelas entidades representativas dos artistas e produtores culturais, e cinco representantes do Governo do Estado. Segundo Ferrer, o documento que ele estava analisando não especificava quem eram os membros e sugeriu que se pensasse na relação entre os conselhos, trabalhando de forma separada, embora fossem frutos de uma divisão original. Ele questionou se não seria redundante ter dois conselhos indicando representantes e ponderou se a falta de diálogo entre os conselhos

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

não seria uma falha. Por fim, Ferrer indicou que os conselheiros deveriam votar ou não sobre a indicação. Ele mencionou que o diálogo era mais amplo, com 40 representantes, resultando em reuniões menos frequentes, sendo uma ordinária por mês. Concluiu que os problemas tratados poderiam ser diferentes, não se restringindo a um edital específico do Funcultura. Augusto comentou que, independentemente da frequência e do valor, era necessário haver um diálogo para entender o que estava acontecendo, pois era do interesse político saber o que se passava na comissão deliberativa do Funcultura. Ele ressaltou que sempre havia entraves e discussões sobre concordâncias ou discordâncias e que, como Conselho de preservação, também deveriam ter interesse nesse diálogo. Ferrer destacou que, estando prestes a propor um edital específico, era importante analisar a realidade do Funcultura. Ana Barbosa observou que sempre buscaram espaço para o patrimônio, procurando inseri-lo e com a possibilidade de um edital exclusivo estavam se inserindo mais ainda. Ela notou que, mesmo existindo patrimônio, as pessoas muitas vezes viam apenas como políticas culturais e, por isso, considerava importante marcar presença como patrimônio. Destacou que, tratando-se de uma indicação, era necessário ter critérios bem definidos para que aqueles que se encaixassem nesses critérios pudessem se candidatar e ser indicados. Caso contrário, poderia virar uma disputa, fazendo com que se perdesse o propósito original de defender o patrimônio. Concluiu afirmando ser a favor da indicação, mas com critérios definidos. Claudia Rodrigues propôs que elaborassem uma proposta de alteração do regimento, tornando claros os critérios para qualquer oportunidade de participação ou seleção em qualquer conselho. Ela mencionou que poderiam escrever e incluir essa minuta. Claudia então decidiu consultar os conselheiros presentes para realizar a votação. Anunciou que abriria ao plenário e perguntaria se havia algum conselheiro contrário à iniciativa de participação do conselho na comissão deliberativa do Funcultura. Perguntou se havia alguém contrário a essa iniciativa. Não vendo nenhuma mão levantada, concluiu que todos estavam a favor da iniciativa. Finalizou informando que procuraria oficialmente os caminhos necessários e daria notícias posteriormente. Diomedes Oliveira expressou satisfação pelo avanço em mais uma questão. Continuando a apresentação, ele destacou que o principal objetivo agora era decidir sobre as categorias do edital na proposta de minuta. Diomedes quis apresentar as sugestões e alterações que a Fundarpe fez no edital do Funcultura do ano passado para este ano, para que todos pudessem entender um pouco a dinâmica dessas categorias (anexo). Cássio Raniere comentou que, se mantivessem a museologia no edital que estava sendo destrinchado para o patrimônio, ficariam com 17%. Se fossem subdividir esse valor para também incluir ações de museologia, acabariam reduzindo a potência dessas outras categorias, pois os recursos passados pelo Funcultura já eram escassos, considerando a quantidade de projetos submetidos. Ele destacou a necessidade de ampliar os recursos para todos os editais anualmente. Questionou, caso deixassem a área específica de museologia no edital de patrimônio, quais seriam os recursos destinados a essa categoria sem prejudicar as demais. Finalizou afirmando que esse era um ponto a ser considerado. Ana Paula Jardim considerou o plano nacional da Aldir Blanc, que abrange cinco anos. Mencionou que, em todos os editais, estavam prevendo a inclusão da parte de

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

museologia, inclusive no edital atual, que incluiria digitalização de acervo para integração com o sistema do IBRAM. Ela sugeriu evitar duplicidade de previsões para ampliar o acesso nessa área. Indicou que o edital de museologia tinha um orçamento de 2 milhões, direcionado para a manutenção de acervos. Propôs criar uma relação de locais que necessitam de recuperação, iniciar a licitação de projetos e incluir várias localidades. **Ana Barbosa** lembrou que, na reunião passada, quando Ana Paula apresentou a PNAB, ficou anotado que apresentariam as propostas dos bens ainda durante a atual gestão. Após os comentários feitos, o conselho contribuiu com sugestões sobre os bens que deveriam ser priorizados. Essas sugestões seriam usadas na elaboração dos projetos, que estariam preparados para serem apresentados em 2025. **Cássio Raniere** destacou a importância dos recursos voltados para a área da museologia, previstos através da PNAB. No entanto, ele afirmou que isso não supria a necessidade apontada pela rede de museus de Pernambuco, que demandava uma previsão mais robusta no Funcultura para essa área específica. Cássio sugeriu que a gestão poderia ter um ato político significativo para esse grupo cultural. Ele expressou preocupação com a divisão dos recursos escassos destinados ao patrimônio, ressaltando a necessidade de prever um recurso específico, talvez através de lei ou outra forma, e pediu para registrar essa consideração. **Diomedes Oliveira** explicou que, em sua apresentação, iria primeiro mostrar as categorias como estavam atualmente e, em seguida, propor alterações. Ele sugeriu que, durante a votação, os participantes fizessem comentários sobre cada categoria, indicando o que poderia ser acrescentado ou retirado (anexo). **Ana Paula Jardim** informou que iniciou o planejamento do Censo Cultural e solicitou sugestões para aprimorar a pesquisa. Ela mencionou que, em cerca de oito dias, os inventários do patrimônio imaterial seriam incluídos, o que permitiria detalhamento em cada município. **Clarice Andrade** mencionou que tinham os dados do Funcultura disponíveis e poderiam ser compartilhados. Ela expressou sua opinião sobre a categorização de projetos, afirmando que menos categorias proporcionavam mais flexibilidade na distribuição de recursos, embora houvesse desafios na análise dos projetos devido à variação dos valores propostos pelos produtores. Clarice criticou o modelo adotado pelo audiovisual, destacando a dificuldade de compreensão devido à resolução dispersa. Ela mencionou o esforço para simplificar a linguagem e unificar os critérios nos editais anteriores. Clarice expressou o desejo de uma relação mais estreita com o conselho do audiovisual para facilitar a criação de um edital mais simplificado. Ela apontou a necessidade de uma resolução clara e organizada, argumentando que isso facilitaria a compreensão dos proponentes. Por fim, ela observou que essa era a segunda vez que elaboravam o edital, e que havia uma impressão geral de dificuldade na compreensão dos documentos. **Joana D'Arc** concordou com Clarice, destacando a dificuldade de acesso e compreensão do edital do audiovisual, que parecia elitista e limitava a participação de pessoas de outras áreas. Ela compartilhou sua própria experiência de dificuldade em ler o edital e depois acessar a resolução. Joana expressou preocupação com a duração e profundidade das formações oferecidas, considerando insuficiente o tempo destinado a cada cidade. Ela sugeriu que o tempo de formação fosse aumentado para garantir uma aprendizagem mais completa e eficaz. **Flávio**

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Barbosa abordou a questão da formação, explicando que, embora fossem solicitadas a partir de 8 horas, algumas não seriam viáveis devido a questões financeiras. No ano anterior, houve remanejamento de recursos para tornar certas categorias mais viáveis. Ele mencionou a dificuldade de manter turmas por longos períodos de tempo, apontada por alguns produtores culturais. Sobre a proposta de Diomedes de juntar categorias, Flávio considerou uma ideia excelente em termos de praticidade, embora pudesse prejudicar a diversidade de propostas. Ele destacou a importância de ouvir a sociedade para construir novas categorias, sugerindo que o conselho buscassem feedback em fóruns setoriais e internamente. **Diomedes Oliveira** sobre os encaminhamentos, quanto à necessidade de ouvir a sociedade civil, reconheceu que essa demanda estava sendo discutida desde o ano anterior sem resultados. Diomedes elogiou a proposta da Fundarpe apresentada por Clarice, sugerindo que ambos os processos fossem conduzidos em paralelo. Ele enfatizou a importância de trazer propostas bem estruturadas, especialmente em relação às categorias do edital. Diomedes ressaltou que as redações estavam bem elaboradas e sugeriu que fossem revisadas conforme a resolução proposta. Quanto à entrega da minuta até o final da gestão, ele expressou dúvidas, propondo apresentar as propostas para alterar as categorias. Diomedes defendeu a divisão entre o documento do edital e a resolução, destacando a necessidade de discutir a viabilidade dessa separação. Como encaminhamento, sugeriu acionar o colegiado para que, até o final de junho, trouxessem propostas a serem aplicadas nas categorias, incluindo possíveis ajustes nos valores. **Claudia Pinto** sugeriu uma alteração no item 6 para atender ao que Flávio mencionou. Ela propôs dividir a categoria de pesquisa cultural, mantendo o ponto 6 para planos de patrimônio cultural material e o ponto 7 para o imaterial. Claudia concordou com Flávio de que a junção das categorias poderia prejudicar o patrimônio material, que muitas vezes é negligenciado em favor do imaterial. No item 5, Claudia observou que as formações de oito horas nas regiões Agreste e Sertão tendem a ter baixa participação, devido à impossibilidade das pessoas de se ausentarem do trabalho por um dia inteiro. Ela sugeriu considerar desmembrar essas formações, apesar dos custos adicionais. Quanto ao item 7, Claudia sugeriu, de maneira leiga, a inclusão da categoria "espaços museológicos", pois muitas instituições no interior têm esse tipo de espaço. Ela questionou se a linguagem técnica adequada seria "espaços museológicos", levantando a possibilidade de a categoria ser mais compreensível para os proponentes. **Joana D'Arc** sugeriu uma alteração na redação, como mencionou Clarice. Ela apontou que muitas vezes, quando se fala em museus, as pessoas só comprehendem instituições como o Cais do Sertão, que possuem um nome reconhecível. No entanto, na Lei de Patrimônio e na PNAB, é mencionado que nos interiores, muitos espaços culturais, como sedes de grupos de Maracatu, são considerados espaços de memória. Joana destacou a importância de esclarecer essa distinção na descrição do edital, para que os proponentes compreendam que museus também englobam espaços de memória. **Clarice Andrade** lembrou que o Funcultura tinha aquela figura prevista na Lei do CIC, que era anterior ao mapa cultural. Era necessário fazer o cadastro no mapa, mas também ter o CPC, o cadastro do produtor cultural. Os museus podiam estar cadastrados como CNPJ, se

501ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

houvesse, mas também como pessoa física. Seu quadro poderia ser tão importante que qualquer pessoa poderia acessar, desde que estivesse com cadastro válido e ativo como produtor cultural. **Joana D'Arc** reconheceu que a questão das horas mencionada por Flávio e Cláudia era real, mas ressaltou a importância de não deixar de vislumbrar cursos mais extensos e até profissionais. Ela mencionou, por experiência própria, um curso de especialização em museologia realizado no Museu Poço Comprido, anterior à FUNDAJ. O curso começou com 60 alunos, prevendo uma desistência, e terminou com 50 após quatro meses de aulas todos os sábados. Havia participantes de 10 cidades, incluindo um bibliotecário da Universidade Católica de Recife. Ela reconheceu que muitos trabalham, mas dependendo da temática e do público, é possível realizar cursos até aos sábados. Por isso, ela sugeriu que, além de cursos menores, também se considerasse a possibilidade de cursos mais amplos e detalhados. **Ana Barbosa** sugeriu como encaminhamento que no dia 20 de junho, na última reunião antes do São João, fechassem as propostas do Funcultura, especificamente as de atualização das categorias. Essas propostas seriam baseadas no que fosse colhido a partir das escutas das bases. O objetivo era confirmar as categorias, sejam as atuais ou as que fossem aprovadas, e incluir as contribuições obtidas das escutas feitas com os representados. **Diomedes Oliveira** disse que queria agradecer e esperava que conseguisse avançar. Afirmou que a ida de Clarice foi perfeita, pois convergiu os interesses tanto do Conselho em avançar com as propostas quanto da proposta deles de ouvir o conselho em relação às sugestões. **Ana Barbosa** lembrou que essa relação supriria a necessidade do Funcultura para o momento, mas serviria de base para dar o passo seguinte, que seria avançar com o edital específico. Dependendo da consulta e da resposta da PGE ao ofício encaminhado, o instrumento que guiaria esse edital, como o Funcultura Patrimônio Cultural, seria definido. Ela destacou que o próximo passo seria transformar esse edital em algo independente. Finalizou a discussão de hoje, que versou sobre esse assunto. **Joana D'Arc** relatou a seguinte proposta: com junho terminando e o início de julho trazendo a questão do registro do Patrimônio Vivo, ela sugeriu que o mandato pudesse ser estendido até meados de julho para que o grupo pudesse participar desse próximo patrimônio. Ela destacou que a primeira reunião já começaria com discussões e participação ativa, pois, assim como no ano passado, a comissão apresentaria ao pessoal recém-chegado. Joana reconheceu que ainda haveria resultados a serem considerados, mas sugeriu que a posse fosse marcada um pouco mais adiante, encerrando assim as atividades do grupo. Essa proposta, ela ressaltou, seria levada ao procurador assistente, uma vez que o mandato atual terminaria em junho e ainda não havia sido definido pelo Governo do Estado. **Ana Barbosa** respondeu que o grupo não tinha autonomia para decidir essa questão e que não seria resolvida naquele momento, mas que estava devidamente registrada. Ressaltou que na próxima semana haveria uma reunião no dia 7 de junho, anotou isso e incluiu no cronograma do grupo. Além disso, considerariam a minuta para o Termo de Cooperação com o Tribunal de Contas, similar ao feito para o Ministério Público. Outra preocupação de Ana Barbosa era finalizar a gestão com o regimento interno já validado. Ela mencionou que, devido à decisão de participar do Funcultura, Cláudia sugeriu incluir isso no regimento interno ou discutir se poderia ser

501ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

um documento separado, para não invalidar o que já foi aprovado no regimento interno. Ela registrou isso para não esquecer na próxima semana. **Cássio Raniere** afirmou que seria breve e gostaria de endossar os pontos levantados pela conselheira Joana e pela presidente Ana Barbosa. Ele mencionou que, seguindo o cronograma do processo eletivo do Conselho de Preservação, o resultado seria divulgado, se não houvesse alteração, no dia 26 de junho. Por isso, achava prematuro definir a última reunião para os dias 20 ou 21 de junho. Cássio destacou que a posse só ocorreria com o ato da governadora, e até os nomes serem efetivamente assinados pela governadora, haveria um tempo de nomeação. Ele sugeriu não se antecipar para não fechar a data de término de forma definitiva. Além disso, comentou que poderiam ter um momento final para a apresentação do relatório de gestão. Cássio, para finalizar, mencionou que havia uma questão específica que provavelmente alteraria o cronograma para a ocupação das cadeiras. Ele explicou que, no caso da eleição da sociedade civil, era necessário que o titular e o suplente estivessem eleitos. No entanto, no resultado preliminar lançado, a cadeira de Antropologia, Sociologia e Turismo e a cadeira de Arqueologia, História e Museologia constavam apenas com um candidato cada. Isso indicava que o processo não alcançava o quórum mínimo necessário. **Célia Campos** recordou que, quando isso ocorreu no Conselho de Política Cultural, o que aconteceu foi que abriram um novo prazo para que fossem feitas novas inscrições, especificamente para essas cadeiras. **Maurício Barreto** ressaltou que, conforme o decreto que prorrogou os mandatos, o processo seletivo só encerraria com o fechamento pleno, sem mais recursos. Ele alertou para a possibilidade de recursos administrativos ou judicialização, prolongando o processo até janeiro de 2025. Isso poderia resultar na suspensão do processo administrativo de seleção por ordem judicial, mantendo-os no conselho. Maurício destacou isso para evitar expectativas irrealistas em relação aos prazos estabelecidos. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Claudia Regina de Farias Rodrigues** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa

Ana Paula Nobl Jardim

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

12

CEPPC

PERNAMBUCO

CONSELHO ESTADUAL
DE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



FUNDARPE

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

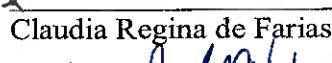
Secretaria
de Cultura

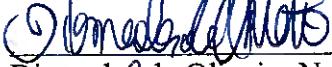


GOVERNO DE
**PER
NAM
BUKO**
ESTADO DE MUDANÇA

501^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

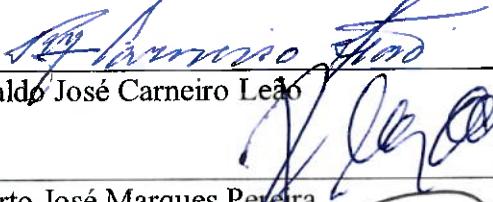
Cecília Canuto de Santana


Claudia Regina de Farias Rodrigues (Presidente)

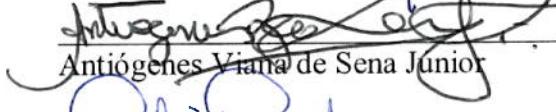

Diomedes de Oliveira Neto


Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade


Mônica Siqueira da Silva


Reinaldo José Carneiro Leão


Roberto José Marques Pereira


Antíogenes Viana de Sena Junior


Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos


Claudia Pereira Pinto


Maurício Barreto Pedrosa Filho

